

Programação Orçamentária e Financeira

Fevereiro / 2017

Parâmetros Econômicos

Parâmetros	LOA 2018 (a)	Avaliação de Fevereiro (b)	Variação %
PIB real (%)	3,0	3,0	0,0
PIB Nominal (R\$ bilhões)	7.165,3	7.125,5	-0,6
IPCA acum (%)	4,2	3,9	-7,1
INPC acum de 2017 (%)	3,1	2,1	-32,3
IGP-DI acum (%)	4,3	4,5	5,5
Taxa Over - SELIC Média (%)	7,3	6,7	-6,9
Taxa de Câmbio Média (R\$ / US\$)	3,29	3,30	0,3
Preço Médio do Petróleo (US\$/barril)	52,2	68,2	30,6
Valor do Salário Mínimo (R\$ 1,00)	965,0	954,0	-1,1
Massa Salarial Nominal (%)	6,1	6,3	2,8

Fonte: SPE/MF.

Elaboração: SOF/MP.

Principais Variações nas Despesas Primárias

R\$ milhões

Discriminação	Realizado 2017	LOA 2018 (a)	Avaliação Fevereiro (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
DESPESAS	1.279.007,8	1.373.365,2	1.371.597,6	-1.767,6
Despesas Obrigatórias	1.162.785,2	1.243.880,5	1.242.683,0	-1.197,6
Benefícios da Previdência	557.234,8	596.268,4	592.372,4	-3.896,0
Abono e Seguro Desemprego	54.508,1	62.587,1	56.896,4	-5.690,7
Impacto Primário do FIES	6.218,0	5.282,9	3.802,0	-1.480,9
Fundef / Fundeb - Complementação	13.070,9	14.054,3	13.731,4	-322,9
Pessoal e Encargos Sociais	284.041,1	296.921,8	302.555,8	5.634,0
Subsídios, Subvenções e Proagro	18.657,1	20.346,1	22.250,8	1.904,7
Créditos Extraordinários	785,2		1.192,1	1.192,1
Desoneração MP 540, 563 e 582	13.901,4	11.546,9	12.332,0	785,1
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	10.661,3	14.586,2	15.086,2	500,0
Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo	124.258,4	137.577,8	137.709,4	131,6
Despesas Custeadas com Convênios/Doações (Poder Executivo)	312,5			
Demais Obrigatórias	79.136,3	84.709,2	84.754,5	45,3
Despesas Discricionárias	116.222,6	129.484,7	128.914,7	-570,0
Despesas Discricionárias	116.222,6	129.484,7	128.914,7	-570,0

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

Variações nas Despesas Primárias - Premissas

- Redução da previsão com gastos vinculados ao salário mínimo pela redução no valor deste parâmetro em relação ao considerado na LOA 2018.
- Recomposição da despesa com pessoal e encargos em função da suspensão dos efeitos da MP nº 805/2017, que adiava o reajuste de determinadas carreiras da Administração.
- Reestimativa na despesa de subsídios e subvenções, sobretudo para honrar compromissos já assumidos no âmbito do PSI.
- Elevação do ressarcimento ao RGPS pela desoneração da folha, devido à não aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 8.456/2017, que trata da reoneração da folha de pagamentos.
- O Poder Executivo adotará posteriormente ajustamento das dotações orçamentárias decorrentes da reavaliação das despesas primárias obrigatórias para fins de adequação ao teto constitucional dos gastos - EC 95/2016 que instituiu o Novo Regime Fiscal – NRF.

Principais Variações nas Receitas Primárias

R\$ milhões

Discriminação	Realizado 2017	LOA 2018 (a)	Avaliação Fevereiro (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
RECEITAS	1.383.081,6	1.462.052,3	1.460.655,3	-1.397,1
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS e líquida de incentivos fiscais	834.184,6	890.255,3	880.924,3	-9.331,0
Receita do RGPS	374.784,8	405.337,6	403.283,8	-2.053,8
Cont. Plano de Seg. do Servidor	13.707,3	15.932,6	14.149,8	-1.782,8
Receitas Próprias	13.457,8	14.389,3	13.575,7	-813,7
Contribuição do Salário-Educação	20.091,7	21.691,7	21.356,6	-335,0
Concessões e Permissões	32.106,5	18.894,4	20.244,4	1.350,0
Exploração de Recursos Naturais	36.039,7	44.907,8	51.466,0	6.558,2
Dividendos e Participações	5.517,1	6.782,0	8.862,0	2.080,0
Operações com Ativos	1.127,4	2.529,7	4.949,7	2.420,0
Demais Receitas	46.856,9	35.872,2	36.292,6	420,4
Complemento do FGTS	5.208,0	5.459,7	5.550,4	90,7

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

Variações nas Receitas Primárias - Premissas

- Manutenção das receitas primárias decorrentes do processo de desestatização da Eletrobrás/S.A., em vista do encaminhamento do Projeto de Lei nº 9.463/2018, no montante de R\$ 12,2 bilhões.
- Redução na projeção com Imposto de Renda, pela não aprovação da Medida Provisória nº 806/2017, que alterava a forma de cobrança do IR dos Fundos de Investimento Fechados.
- Queda na CPSS, em função da suspensão dos efeitos da MP nº 805/2017, que trata da elevação da alíquota de contribuição, tendo em vista a liminar concedida pelo STF.
- Elevação na previsão com Exploração de Recursos Naturais tendo em vista o aumento do valor do barril de petróleo.
- Demais variações ocorridas pela atualização de parâmetros de projeção e fatores diversos.

Situação Fiscal – Necessidades de Financiamento do Governo Central

Discriminação	R\$ milhões			
	Realizado 2017	LOA 2018 (a)	Avaliação Fevereiro (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
1. Receita Primária Total	1.384.460,5	1.462.052,4	1.460.655,3	-1.397,1
2. Transferências aos Entes Subnacionais por Repartição de Receita	228.474,8	244.220,2	243.862,7	-357,5
3. Receita Líquida de Transferências (1) - (2)	1.155.985,8	1.217.832,1	1.216.792,6	-1.039,5
4. Despesas Primárias	1.279.007,8	1.373.365,2	1.371.597,6	-1.767,6
Obrigatória	1.162.785,2	1.243.880,5	1.242.683,0	-1.197,6
Despesa com Controle de Fluxo do Poder Executivo	116.222,6	129.484,7	128.914,7	-570,0
5. Resultado Primário do Governo Central (3) - (4)	(124.400,9)	(155.533,1)	(154.805,1)	728,1
6. Meta Fiscal	(159.000,0)	(159.000,0)	(159.000,0)	
7. Sobra em relação à meta [(6) - (5)]	(34.599,1)	(3.466,9)	(4.194,9)	

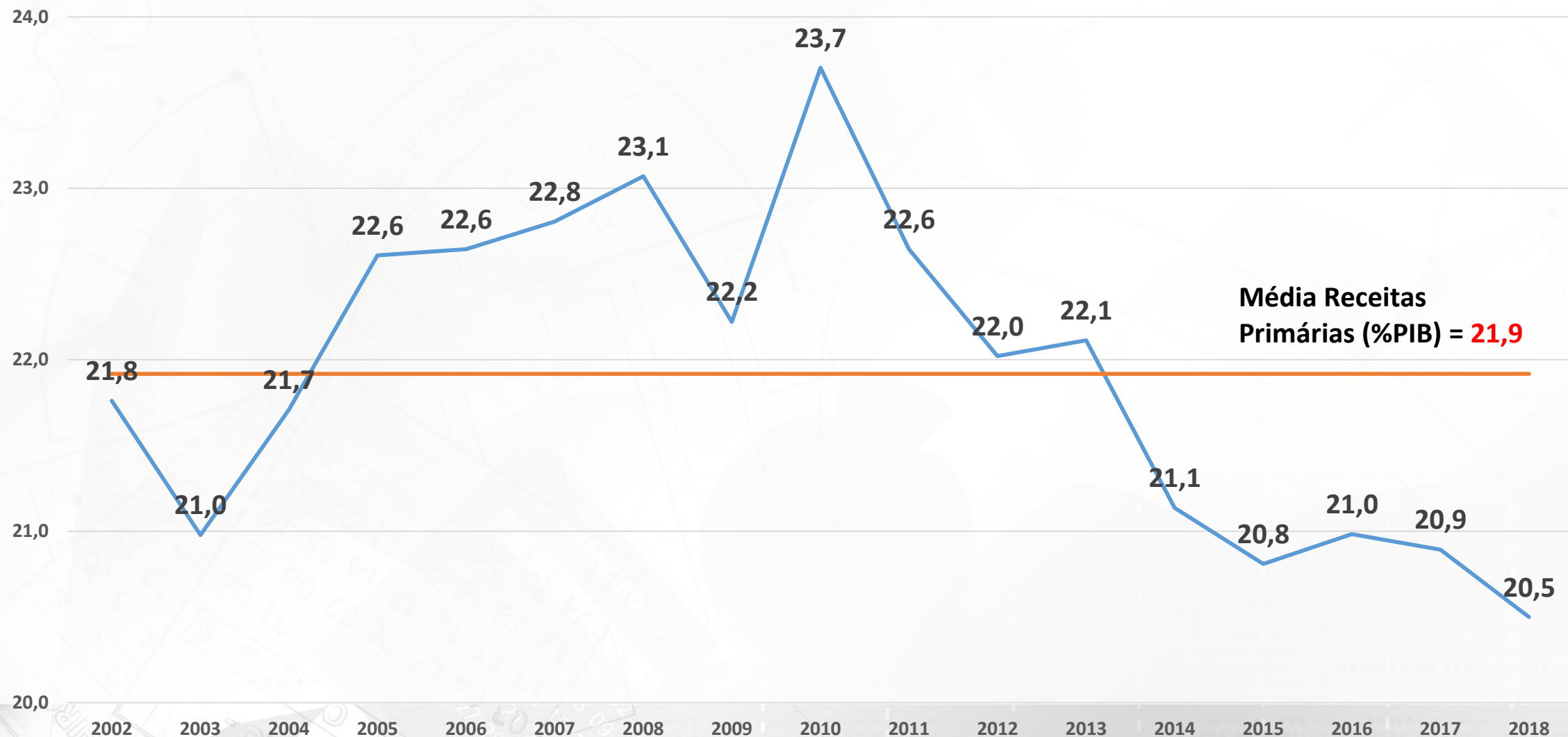
Fonte/Elaboração: SOF/MP.

Reserva constante do decreto

R\$ bilhões

A. Receitas provenientes da desestatização da Eletrobrás	12,2
B. Sobra em relação à meta de resultado primário	4,2
C. Bloqueio de Despesas [A - B]	8,0
D. Readequação orçamentária	8,2
E. Reserva decreto [C + D]	16,2

Evolução das Receitas Primárias (% PIB) – 2002 a 2018



Evolução das Receitas Administradas (% PIB) – 2002 a 2018

